

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

Parecer nº 01 de 02 de dezembro de 2019.

Projeto de lei nº 081/2019 de 30 de setembro de 2019.

Trata-se do Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do poder Executivo, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 2020 do Município de Ubá.

Pelo projeto de lei em análise, pretende, seu autor, instituir a Lei Orçamentária Anual para 2020. Feita uma análise da matéria, verificamos que o artigo 199 I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e 200 da Lei Orgânica, traz deveres ao Município de promover a educação e se adequar diante dos princípios envolvidos:

***“Art. 199 É dever do Município promover a educação pré-escolar e o ensino do 1º grau, prioritariamente, e o 2º grau devendo observar os seguintes princípios:***

***I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;***

***II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;***

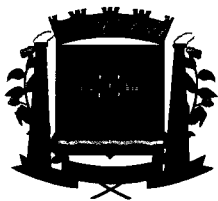
***III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;***

***IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, extensiva a todo o material escolar e à alimentação do aluno quando na escola;***

***V – valorização dos profissionais do ensino;***

***VI – ingresso no magistério público municipal exclusivamente por concurso público de provas e títulos;***

***VII – melhoria do padrão de qualidade do ensino, através da reciclagem periódica dos profissionais da educação, e do***



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

***funcionamento de bibliotecas e laboratórios  
em todas as escolas municipais;***

***VIII – gestão democrática do ensino público.***

***Art. 200 O Município aplicará anualmente  
no mínimo 25% da receita resultante de  
impostos e de transferências  
governamentais exclusivamente na  
manutenção, expansão e desenvolvimento  
do ensino público municipal.”***

Foram destinados R\$ 75.832.693,60 (setenta e cinco milhões oitocentos e trinta e dois mil seiscientos e noventa e três reais e sessenta centavos) para as seguintes divisões: planejamento e gestão da educação, administração escolar, apoio pedagógico e apoio FUNDEB.

Feita a análise averiguamos que o Poder Executivo cumpriu o disposto no artigo da Lei Orgânica, ou seja, aplicou o mínimo constitucional exigido - 25% - em detalhamento do programa que garante os percentuais.

Tendo em vista o exposto, esta comissão é favorável a aprovação do Projeto de Lei nº 081, de 2019.

Ubá, 02 de dezembro de 2019.



---

EDEIR PACHECO DA COSTA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

---

PASTOR DARCI PIRES DA SILVA  
MEMBRO DA COMISSÃO



---

ANTERO GOMES DE AGUIAR  
MEMBRO DA COMISSÃO